## LEI N.º 323, DE 16 DE ABRIL DE 2.010.

Autoriza o Município a celebrar convênio ou contratar Entidades Privadas de Saúde visando complementar os Serviços do Sistema Único de Saúde para a finalidade que menciona.

## O PREFEITO MUNICIPAL DE CABECEIRA GRANDE (MG)

Faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

- **Art. 1º** Fica o Município autorizado a celebrar convênio ou a contratar entidades privadas de saúde, com fundamento no art. 199, § 1º, da Constituição da República e nos arts. 3º 4º e 24 da Lei Federal nº 8.080, de 1990, objetivando complementar os serviços da rede do sistema único de saúde para atender aos usuários que necessitem do procedimento denominado gastroplastia para obesidade mórbida.
- **Art. 2º -** Na contratação da rede privada de saúde, o Município observará, ainda, as disposições da Portaria GM nº 3.277/2006, do Ministério da Saúde, e as demais normas a que se submete o sistema único de saúde.
- **Art. 3º** As despesas decorrentes desta lei correrão à conta de dotações consignadas no orçamento da seguridade social do exercício financeiro de 2010 e nos orçamentos subsequentes.
  - **Art. 4º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cabeceira Grande, 16 de abril de 2010.

ANTÔNIO NAZARÉ SANTANA MELO Prefeito Municipal